

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.744 - MG  
(2018/0318099-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : A G R**  
**ADVOGADOS : WYLLERSON BALMANT DE PAULA - MG066545**  
**SWETYLANA BALMANT DE PAULA NASCIMENTO -**  
**MG098953**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**EMENTA**

PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. ART. 214 DO CÓDIGO PENAL – CP. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 381, II, E 564, IV, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – CPP. 1) AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. 1.1) TESE DEFENSIVA VEICULADA APENAS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO A ANALISOU EM RAZÃO DA INOVAÇÃO RECURSAL, EIS QUE NÃO CONSTOU DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO. 2) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O prequestionamento admitido por esta Corte se caracteriza quando o Tribunal de origem emite juízo de valor sobre determinada questão, englobando aspectos presentes na tese que embasam o pleito apresentado no recurso especial. Assim, uma tese não refutada pelo Tribunal de origem não pode ser conhecida no âmbito do recurso especial por ausência de prequestionamento.

1.1. No caso concreto, pleito defensivo para anular a sentença absolutória não foi analisado pelo Tribunal de origem porque veiculado apenas em sede de embargos de declaração, configurada a inovação recursal ante o que constou nas contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela acusação.

2. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado

# *Superior Tribunal de Justiça*

do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.  
Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator